



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

GERALDINA SANHÁ

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM
CABO XANQUE GUINÉ-BISSAU (2020-2024)**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE
2025**

GERALDINA SANHÁ

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM
CABOXANQUE GUINÉ-BISSAU (2020-2024)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado em
Curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto
de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade
da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção
do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Rita de Cassia Santos
Barbosa.

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2025

GERALDINA SANHÁ

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CABOXANQUE GUINÉ-BISSAU (2020-2024)

Trabalho de conclusão de curso apresentado em Curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 28 de maio de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Rita de Cassia Santos Barbosa (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Gabriela Serenini Prado Santos Salgado

Universidade Federal de Lavras

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	HIPÓTESES E PROBLEMA DA PESQUISA	8
3	OBJETIVOS	8
3.1	GERAL	8
3.2	ESPECÍFICOS	8
4	JUSTIFICATIVA	9
5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
5.1	DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA INFÂNCIA GUINEENSE	11
5.2	O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI)	17
5.3	O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA)	18
6	METODOLOGIA	22
7	CRONOGRAMA	24
	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto trata de uma reflexão com o intuito de analisar como tem ocorrido a inclusão de crianças com Deficiência Intelectual e/ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil em Caboxanque/Guiné-Bissau, entre os anos de 2020 a 2024. Esse recorte se deve ao período que a ONG Effective Intervention começou a trabalhar na aldeia de Caboxanque, localizada no setor de Bedanda, região de Tombali, zona Sul da Guiné-Bissau. Segundo a última atualização oficial de dados estatísticos em 2009¹, a aldeia de Caboxanque tinha uma população total de 2168, sendo 998 homens e 1170 mulheres. O grupo étnico dominante é Balanta, também corresponde como a língua mais falada naquela localidade e seguida pelas seguintes línguas; Criolo, Fula e Nalu. Caboxanque conta com apenas cinco escolas de Educação Básica, entre as quais uma escola pública e quatro privadas, sendo que uma delas é gerida pela Igreja Católica, outra por uma Igreja Evangélica, outra escola privada é gerida pela família Na Nghonha e outra escola, também de iniciativa privada, é gerida e financiada pela ONG Effective Intervention.

A ONG Effective Intervention tem como objetivos reduzir a mortalidade materno infantil e reduzir o analfabetismo investindo no ensino primário², e melhorar os resultados educativos em algumas regiões mais pobres da Índia, Guiné-Bissau e Gâmbia.

Na Guiné-Bissau, a ONG começou a atuar na área de saúde e da educação desde 2014, somente nas tabancas (aldeias) que fazem parte da região de Quinara. Posteriormente a Effective Intervention passou a atuar apenas na área da educação básica, abrindo novas turmas em diferentes tabancas da região de Tombali. Nessas novas turmas, três delas estão localizadas no setor de Bedanda, tabanca de Caboxanque. Em 2020, a Effective Intervention atuava com 105 crianças ao todo, na qual trabalhei como professora nesta ONG e verifiquei que haviam duas crianças com TEA, sendo 35 alunos em cada sala.

A escola atende crianças de 4 a 5 anos de idade, ou seja, na etapa da Educação Infantil. A Escola Effective Intervention tem uma boa colaboração com o Ministério da Educação Nacional, regularmente recebe a visita de inspeção do Ministério com o propósito de supervisionar a situação dos professores, das crianças e o funcionamento da escola. O currículo desta escola vai da educação pré-escolar à quarta classe (quarto ao quinto ano do Ensino Fundamental no Brasil).

¹ https://www.stat-guineebissau.com/Menu_principal/IV_RGPH/RGPH.html

² Terminologia utilizada na Guiné Bissau que corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil.

Os professores não têm formação especializada na área da educação especial e inclusiva. Dessa forma, sentem-se fragilizados no ensino com as crianças com necessidades específicas e apresentam algumas dificuldades ou limitações devido à falta de conhecimento aprofundado para ensinar crianças com deficiência. Assim, essa falta de conhecimento profissional específico constitui-se como um déficit na formação dos docentes guineenses

O impulso que me levou a pesquisar essa temática originou-se da minha experiência, vivenciada entre os anos de 2020 a 2022, como professora de Ensino Básico (Educação Infantil e Ensino Fundamental) em Caboxanque. Durante esse período de ensino deparrei-me com dificuldades enfrentadas pelos professores ao lidarem com crianças com deficiência, ou com transtornos. Profissionalmente, percebi que esses educadores não recebiam orientações específicas e suficientes sobre como trabalhar pedagogicamente com essas crianças a fim de mediar os processos de aprendizagem das crianças com deficiência.

De fato, os professores dedicam tempo significativo às crianças, mas, muitas vezes, sem demonstrar uma preocupação/atenção eficaz com o processo de aprendizagem delas. Essa situação tornou-se evidente em minha prática, especialmente ao lidar com uma criança com transtorno do Espectro Autista (TEA). O diagnóstico dessa criança foi confirmado por uma professora doutora e psicóloga, supervisora da ONG Effective Intervention, também com a confirmação da parte da família. Depois dessa confirmação, a direção da escola passou a prestar atenção à criança e fazer planos de aula que pudessem atender às necessidades dessa criança. No entanto, encontrei-me desorientada, sem saber por onde começar a trabalhar com ele, uma vez que não dispunha de materiais didáticos de apoio adequados para atender às necessidades dessa criança e das outras 34 crianças sem necessidades especiais na turma.

Os professores que trabalham na Effective Intervention, precisam ter uma formação na área de educação antes de entrar na ONG, também são acompanhados pela Effective Intervention através de formações continuadas. Contudo, os docentes não têm formação suficiente para trabalhar com as crianças com deficiência pois não foram formados e nem treinados suficientemente para lidar com essa questão. A ONG garante a formação contínua dos seus docentes que acontece antes de iniciar o ano letivo. Essa formação tem a duração de duzentas e vinte e quatro (224) horas e ocorre durante um mês. Os docentes que têm crianças com NEE ou com deficiência recebem sessenta e quatro horas (64h) a mais de formação, e no decorrer do ano letivo, todos professores recebem formação durante catorze horas (14h) por mês. Os docentes que têm crianças com deficiência, são formados de acordo com a necessidade de cada criança. E os técnicos trabalham juntos com professores e também com a família, em busca de uma educação equilibrada e de qualidade para todos.

Apesar da formação recebida, ela não foi suficiente. Essa falta de preparação profissional e de recursos não apenas dificultou minha capacidade de fornecer uma educação inclusiva e eficaz para o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), mas também comprometeu o aprendizado dos demais estudantes na turma. Diante desse desafio, fica evidente a necessidade de pesquisar e analisar como a escola faz o trabalho de inclusão das crianças com deficiência e garantir o acesso a materiais didáticos inclusivos, uma educação de qualidade para todos, independentemente das necessidades específicas dos alunos.

Acredita-se que a educação é um pilar fundamental, sobretudo quando se pensa em construir uma sociedade igualitária e equitativa. Mas, a Guiné-Bissau ainda enfrenta desafios, especialmente na área da Educação Infantil. Ou seja, o país não dispõe suficientemente de recursos humanos qualificados para atuar na Educação Infantil, bem como de investimento público nas instituições escolares, de modo a garantir uma educação de qualidade para todas. Entende-se que a Educação Infantil é a porta de entrada da criança na escola, porém, é necessário ter uma epistemologia de como se constrói o conhecimento na infância, sendo esta uma fase muito importante para o processo formativo da criança. Portanto, ela é a primeira etapa educativa de aprendizagem escolar, e tem muita relevância, principalmente, na construção da base da personalidade e do conhecimento, por isso que é muito importante e deve merecer mais atenção do Estado guineense (Djata, 2024).

Nesse sentido, observa-se que a educação da infância é a fase inicial de aprendizagem, no entanto, o aspecto da formação em educação para a infância na Guiné-Bissau enfrenta ainda grandes desafios no que diz respeito à formação dos profissionais, pois, eles lidam diariamente com várias dificuldades. O país encontra problemas quase em todos os níveis e até hoje o Estado não formulou ainda uma política educativa voltada para a área da Educação Infantil.

Segundo Stubbs (2008), percebe-se que a educação inclusiva é uma nova forma de educação adotada para incluir as pessoas com deficiência nas escolas regulares. Por outro lado, a educação inclusiva abrange diferentes estratégias pedagógicas para fazer valer um direito universal, uma educação para todos sem exclusão, sem segregação e sem integração. O objetivo da educação inclusiva é incluir todas e qualquer pessoa com deficiência e sem deficiência no sistema educacional. Em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação foi reconhecida como um direito básico para cada ser humano. Sendo assim, ninguém deve excluir, diferenciar ou isolar pessoas com deficiência e privilegiar pessoas sem deficiência nas escolas, porque todos têm o mesmo direito, e com essa declaração nota-se que houve grande avanço na educação universal. É nessa perspectiva, de garantia de direitos, que se insere o presente projeto de pesquisa.

2 HIPÓTESES E PROBLEMA DA PESQUISA

Partimos das seguintes hipóteses: a maioria das crianças guineenses com deficiência e/ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA) não têm acesso à escola regular. Historicamente muitas dessas crianças acabam não sendo enviadas para escola também pela família, pois talvez demonstrem pouco interesse no processo de aprendizagem dessas crianças. Também, nota-se que a maioria dos docentes e técnicos de ensino guineenses, especialmente no ensino infantil, não possuem uma preparação suficiente para atender às crianças com deficiência ou TEA.

Para atingir o nosso objetivo, iremos procurar responder às seguintes perguntas de partida: quais foram os desafios no processo de aprendizagem destas crianças na escola de ONG Effective, em Cabo Xanque, Guiné-Bissau, durante os anos de 2020 a 2024? Quais são as políticas que o Estado tem feito para garantir a inclusão e aprendizagem de crianças com necessidades especiais?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Compreender os desafios para a inclusão de crianças com deficiência intelectual e/ou com transtornos do espectro autista (TEA) na escola da ONG Effective em Cabo Xanque, Guiné-Bissau entre 2020 a 2024.

3.2 ESPECÍFICOS

- ❖ Analisar as políticas educativas do Estado guineense no que diz respeito à inclusão das crianças com deficiência e/ou com transtornos do espectro autista (TEA);
- ❖ Levantar as dificuldades enfrentadas pelas crianças com deficiência intelectual e/ou com transtornos do espectro autista (TEA) em seus processos de aprendizagem na escola investigada;
- ❖ Identificar as dificuldades enfrentadas pelos docentes para a inclusão das crianças com deficiência intelectual e/ou com transtornos do espectro autista (TEA).

4 JUSTIFICATIVA

A escolha desta temática fundamenta-se na minha experiência como professora de ensino básico, em Cabo Xanque, na escola de ONG Effective durante o período de 2020 a 2022. Nesse contexto, deparei-me com o desafio de lidar com uma criança com necessidade educativa especial, afetada com transtorno do espectro autista desde seu nascimento.

A dificuldade em trabalhar com esse aluno era evidente, a falta de formação adequada para atendê-lo e fazer uma boa seleção dos materiais para promover uma aprendizagem inclusiva, considerando também a presença de outros 34 alunos na turma sem necessidades especiais, e que não tinha assistente nem agente da inclusão escolar. Além disso, a falta de materiais adequados compromete ainda mais o processo educativo. Diante da minha primeira experiência como professora em Cabo Xanque, no início das aulas, fiquei surpresa e com um pouco de medo ao encontrar uma criança com necessidade educativa especial, diagnosticada com o TEA. Naquele momento eu não sabia como trabalhar com ele, nem por onde poderia começar. Não havia uma proposta de adaptação curricular específica para ele, nem um plano, a ONG não tinha conhecimento sobre ele. Após 5 meses reportei a situação dele para a coordenação do projeto. Passei a ter formação contínua que acontecia duas vezes por mês, essa formação era ministrada por uma das supervisoras, psicóloga com acompanhamento no meu trabalho com ele, com dois planos de aulas. A escola não tinha uma proposta pedagógica que atendesse às necessidades desse aluno no currículo escolar e outra para as demais crianças. Eu o incluía em algumas atividades da turma adequadas para ele, como trabalhos de grupo e nos jogos pedagógicos.

A partir daí comecei a ganhar coragem e experiência e motivos para continuar a trabalhar e entender qual era necessidade que ele tinha, mas não consegui atingir o meu objetivo durante os dois anos que trabalhei com ele na escola. Comecei a pensar o que poderia fazer para ajudar ou para melhorar a situação das crianças com necessidades educativas especiais em Cabo Xanque/Guiné-Bissau, sabendo que naquela localidade não tem atendimento educacional especializado para crianças com necessidades especiais. As escolas que acolhem ou que trabalham com pessoas com deficiência em sua maioria estão na capital Bissau, e são de iniciativa privada. Tem-se, por exemplo, a Escola Bengala Branca, que é a primeira escola instituída para pessoas com deficiência, fundada pela Associação Guineense de Reabilitação e Integração dos Cegos (AGRICE). Ela não atende somente pessoas com deficiência visual, mas recebe pessoas com ou sem deficiência, atuando na concepção da Educação Inclusiva. Outros

exemplos de instituições são a casa Emanuel e a Associação *Nacional de Surdos e Mudos da Guiné Bissau*³.

Por isso, comecei a pensar: quantos professores da Guiné Bissau têm formação/conhecimento na área da Educação Inclusiva? Que tipo de educação é ofertada para crianças com deficiência na Guiné Bissau? São escolas específicas? Quantas existem? Quantas crianças conseguem frequentá-las? Como os professores trabalham com as crianças com deficiência e como ocorre a inclusão dentro da sala de aula? Quantas crianças com deficiência são abandonadas pelos familiares? Por que há pais que não acreditam na capacidade das crianças com deficiência e pensam que mandá-las para escola é “perda do tempo” ou é “gastar dinheiro”, principalmente nas tabancas? O que o Estado guineense tem feito para melhorar a situação dessas crianças? Será que o Estado guineense se preocupa com a situação delas? O Estado guineense promove formação de professores para a Educação Inclusiva?

Percebe-se que o Estado da Guiné-Bissau carece de uma preocupação central com os alunos com deficiência pois não implementou uma política pública abrangente para a inclusão social e educacional. A ausência desse suporte se reflete na inexistência de escolas ou políticas específicas para atender essas crianças, proporcionando um ambiente de ensino e aprendizagem no qual se sintam confortáveis e recebam a atenção devida por parte dos professores. Nesse contexto, é preciso compreender que promover o desenvolvimento dessas crianças exige esforço e mobilização específica por parte do Estado, das escolas, das famílias e da sociedade em geral. Essa mobilização é essencial para criar condições que permitam que essas crianças se sintam integralmente atendidas e inseridas no processo educativo. Portanto, a minha compreensão sobre essa questão foi moldada pela minha experiência como professora, mesmo não sendo especificamente formada para atender crianças com necessidades especiais. Diante desse cenário, sinto a responsabilidade de contribuir como pesquisadora, e contribuir para a divulgação e garantia de seus direitos buscando minimizar as dificuldades enfrentadas por essas crianças na Guiné-Bissau.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O foco deste trabalho é sobre o processo de inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual e/ou com transtorno espectro autista no contexto da Educação Infantil.

³ Autodenominação da instituição, embora saibamos que o termo “surdo e mudo” não se usa atualmente.

O TEA, assim como a Deficiência Intelectual (DI) se configuram como Necessidades Educativas Especiais (NEE). Bem, crianças com necessidades educativas especiais (NEE) correspondem às pessoas que têm algum tipo de dificuldade na aprendizagem ou necessitam de atenção e acompanhamento específicos para se desenvolverem. Essas necessidades podem ser permanentes ou temporárias (Glat e Fernandes, 2005). As NEE vêm chamando atenção de muitos pesquisadores, no caso de Correia e Martins (2002), Mittler (2003) Stubbs (2008), Silva e Tavares (2016), Ialá (2021), Sanha (2022), entre outros autores que vamos encontrar no desenvolvimento da nossa pesquisa. Assim, buscamos fundamentar sobre a inclusão e as necessidades educativas especiais na aprendizagem de crianças da educação infantil na Guiné-Bissau, especificamente para o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a Deficiência Intelectual (DI).

Para tanto, as reflexões teóricas estão divididas da seguinte forma: na primeira parte vamos falar da Educação Inclusiva na Infância, na segunda parte será abordado o desenvolvimento e aprendizagem da criança com deficiência intelectual (DI) e no último tópico discutiremos o desenvolvimento e aprendizagem da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

5.1 DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA INFÂNCIA GUINEENSE

Conforme Neto *et al.* (2018), no momento que a educação especial surgiu muitas pessoas não tinham condições econômicas (muito menos as pessoas com deficiência), para poder ter acesso a educação. Historicamente, o acesso à escola era restrito a poucas pessoas (pertencentes às elites), em sua maioria homens e brancos. Por isso não se pode falar de educação inclusiva sem antes conhecer o passado histórico e como acontecia a educação das pessoas com deficiência, compreendendo a trajetória desde a educação especial até chegar na educação inclusiva. Como apontam os autores acima referidos, é difícil falar de inclusão, porque ainda é uma área muito inexplorada para muitas pessoas na sociedade.

Segundo Blanco (2003 *apud* Neto *et al.*, 2018), podemos encontrar quatro grandes fases históricas nas quais as pessoas com deficiência vivenciaram até chegarmos ao que hoje chamamos de Educação Inclusiva.

A primeira delas corresponde ao período anterior ao século XIX, chamada de “fase da exclusão”, na qual a maioria das pessoas com deficiência e outras condições excepcionais era tida como indigna da educação escolar. Nas sociedades antigas era

normal o infanticídio, quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a Idade Média a Igreja condenou tais atos, mas por outro lado, acalentou a ideia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas, explicando-as como punição, em decorrência de pecados cometidos. Assim, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram escondidas ou sacrificadas (Blanco, 2003, p. 72).

Desta forma, desde os tempos da antiguidade, as pessoas com deficiência ou que nascessem com qualquer anormalidade, eram isoladas do espaço social, ou ainda escondidos na sua própria casa ou até mesmo sacrificadas.

Conforme o pesquisador Imbunde (2018), a Guiné-Bissau era exemplo do mesmo ato, porém também em períodos mais recentes. Isso poderia acontecer quando uma pessoa apresentava problema físico, intelectual, TEA ou alguma anormalidade fora do padrão “normal” socialmente aceito e esses problemas podiam ser notados nas primeiras fases de crescimento. Por exemplo, se a criança não consegue andar ou falar até seus três anos, elas são chamadas de “ira” e devem ser levadas para um “djambacus”⁴ ou para pessoas mais velhas ou o responsável da tabanca (morança), para que sejam feitos rituais de “devolução do espírito para seu mundo”. Elas também são levadas até a beira mar e deixadas sozinhas com ovos e farinha. Ninguém deve falar ou virar para trás porque se o fizerem podem ser “levados” junto com a criança.

Dizem também que quem vira ou fala pode se transformar numa serpente e no momento da transformação ele tem o poder de levar qualquer pessoa para “seu mundo”, principalmente pessoas que ele tem mais afeto como a mãe. Muitas vezes as mães não participam desses rituais das devoluções. Embora existam leis que condenam essa prática e que punem pessoas que praticam essa ação, na sociedade guineense existem alguns grupos de pessoas que continuam a fazer tais rituais de uma forma escondida, tendo muitas vezes que pagar uma quantia de dinheiro muito alta para quem vai realizar essa cerimônia. A maioria dessas crianças é sacrificada desse jeito pela família e pela sociedade, e abandonadas sem tratamento digno de uma pessoa.

Hoje em dia, ninguém sabe dizer se na verdade aquelas crianças se “transformavam numa serpente” ou se elas ficam ali até morrer de sede ou fome, ou são comidos por animais, ou ainda encontrados e adotados por pescadores.

Após esse período histórico, denominado de fase de exclusão, segundo Amaral (2001) *apud* Neto *et al.* (2018), no final do século XVIII e início do século XIX, surgiu a segunda fase

⁴ Na língua guineense Djambacus significa Oráculo no sentido tradicional, e a resposta de uma consulta sobre o futuro, a transmissão é feita através de intermediário humano, num espaço sagrado.

chamada segregação, na qual houve mudanças em relação a outra fase. Surge uma pedagogia especializada que atendia crianças de acordo com a sua deficiência, mas neste momento não existia a inclusão. Na concepção da segregação as pessoas eram separadas e agrupadas de acordo com sua deficiência e cada um tem o seu próprio sistema educacional especial diferenciado. Ou seja, dentro do sistema educacional passam a existir dois tipos de educação: o sistema regular para pessoas consideradas "normais" e a educação especial voltada para pessoas com deficiência.

É somente na segunda metade do século XX, sobretudo a partir dos anos 70, que surge a 3º fase, conhecida como integração. Esse modelo de educação, permitiu às pessoas com deficiência frequentarem a escola regular juntamente com as pessoas sem deficiência. Eles tinham direito a participar das mesmas atividades sem separação, como vimos na fase anterior. Só que a escola não tinha nenhuma preocupação em buscar estratégias para adaptar o currículo para esses alunos. Ao contrário, eram os estudantes com deficiência ou com alguma necessidade educativa especial, que “deveriam” adaptar-se ao ambiente escolar. Quase nada foi mudado no sistema educacional quando a integração foi introduzida, pois não se pensava na aprendizagem dos alunos com deficiência, mas apenas em uma convivência social. Na construção dos edifícios escolares, por exemplo, as pessoas com deficiência visual, deveriam ter acesso aos pisos táteis, que permitem o seu deslocar de um lugar para outro, o que geralmente não ocorria; e também as pessoas com deficiência física não tinham acesso a rampas na escola, o que permitiria a esses estudantes chegar na sala de aulas ou em qualquer lugar da escola com autonomia.

Portanto percebe-se que a fase de integração, mesmo conseguindo grandes mudanças, não promovia a inclusão dos alunos com deficiência na escola e sala de aula regular, pois não conseguia responder às necessidades das pessoas com deficiência. Para atender a demanda dessas pessoas na escola surgiu a quarta fase que é a inclusão total.

O Documento Declaração de Salamanca (1994) é o efeito ou consequência da conferência mundial sobre pessoas com Necessidade Educativa Especial. Ao longo do tempo, apareciam novas opiniões sobre a melhor forma de promover ou garantir a educação de qualidade para todas pessoas, com deficiência e sem deficiência. Um dos objetivos dessa conferência é incluir todas as pessoas com deficiência ou com alguma necessidade educativa especial no sistema educacional. Nos dias 07 a 10 de junho, do ano de 1998, foi realizada a conferência mundial sobre a pessoas com deficiência, houve participação de vários países do mundo, assim como diferentes organizações internacionais. Nesse encontro foi debatido e renovado o compromisso em favor da educação inclusiva, reforçando a ideia de que as

obrigações e a urgência de garantir acesso à educação para todas crianças com NEE ou pessoas com deficiência, de maneira que o Estado e as instituições devem ser conduzidos para atingir objetivos e ações recomendados. Dessa forma, para garantir a inclusão, as escolas regulares devem estabelecer soluções ou recursos para eliminar discriminações e construir uma sociedade onde todas as pessoas vão se sentir incluídas e com acesso à educação, ou seja, garantir uma educação de qualidade para todas crianças.

A Organização das Nações Unidas (ONU) incentiva os países membros a fornecerem dados sobre pessoas com deficiência. De acordo com pesquisa realizada em 2009 pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa (INEP) da Guiné-Bissau, os dados revelam que existe 0,94 por cento de pessoas com deficiência, e desde essa data não existem dados concretos do número atual de pessoas com deficiência no país. Esse instituto, a partir de então, iniciou o levantamento de dados quantitativos sobre as pessoas com deficiência, a nível nacional, onde incluíram vários aspectos no estudo como, por exemplo, as características demográficas e econômicas dessa população (INE, 2009).

Para N'dami (2015), a Guiné-Bissau, no seu artigo 49, nº 1 e 2 declara que o Estado guineense é quem garante educação gratuita para todos no ensino básico. Portanto, todos têm direito à educação básica independentemente de quem ela é. Em conformidade à Lei de Base de Sistema Educacional guineense, no seu artigo 34, nº 1 todas as escolas devem receber alunos com deficiência. O mesmo artigo da lei, mostra que a educação especial deve ser realizada em estabelecimentos regulares do ensino em conformidade com o tipo de nível de necessidade do aluno também ao ritmo de aprendizagem do aluno.

Além disso, Barros *et al.* (2018) sustentam que o Estado guineense assinou a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) em 24 de Setembro de 2013, e depois desse acordo houve “chuva das ideias” para que tudo se tornasse numa realidade; e o mesmo Estado, incentivou as pessoas que estão ligados com a educação como: professores, técnicos da educação, Organizações não Governamentais, a buscar diferentes estratégias para poder incluir as pessoas com deficiência nas escolas regulares. Infelizmente não houve avanço positivo na Guiné-Bissau, esse acordo ficou “guardado no armário”, e não se verifica a inclusão na sua totalidade na Guiné-Bissau, pois as crianças com deficiência que são aceitas nas turmas não participam nas mesmas atividades que outras crianças. Às vezes elas não têm nada pra fazer na sala de aula, por falta de orientação do educador, ou seja, elas participam apenas dentro do que conseguem acompanhar, e muitas vezes o professor trabalha só com as crianças sem NEE. Vale lembrar, que isso não acontece em todas as escolas, pois há escolas que vamos ainda encontrar exclusão e segregação, e outras a integração e um pouco da

inclusão. Lembrando que a educação inclusiva é um tipo de modelo educacional, que pretende juntar todos tipos de estudantes, independentemente da sua necessidade, ou seja, é uma nova forma de incluir todo tipo de aluno na a educação regular, independentemente da deficiência, da sua religião, cultura, raça, poder econômico, idade, sexo, e garantir aprendizagem de qualidade.

Considerando a educação como pilar fundamental, sobretudo quando se pensa em construir uma sociedade igualitária e equitativa, a Guiné-Bissau ainda enfrenta desafios, especialmente na área da Educação Infantil. Ou seja, acredita-se que o país não dispõe, suficientemente, de recursos humanos qualificados para atuar na educação especial inclusiva infantil, bem como de investimento público nas instituições escolares, de modo a garantir uma educação de qualidade para todas as crianças.

De acordo com Correia e Martins (2002), a ideia da inclusão total das pessoas com deficiência foi no âmbito escolar e social dentro da escola regular. A fase da Inclusão vai mais além do que vimos na fase de Integração. A luta da Educação Inclusiva, é incluir todas as estudantes com deficiência, na mesma escola com estudantes sem deficiência, aceitando e respeitando elas com as suas complexidades, ou seja, aceitando-as com as suas diferenças. Sem importar com as suas aparências, seu pensamento, a raça, e a sua religião, salientando que todas as pessoas com ou sem a deficiência têm as suas diferenças, por isso, devem valorizar uns aos outros, sem discriminação e preconceito.

Por outro lado, com base em Sanha (2022), a Educação Inclusiva é como uma associação pedagógica social e política que visa garantir o direito à educação de igual modo ou de uma maneira inteligente, segura e transparente na comunidade. Ainda o autor mostra que a Educação Inclusiva baseia-se na elaboração dos direitos das pessoas que desejam um ensino de qualidade para todos, das quais todos têm direito de aprender no mesmo ambiente educacional também frequentado por outras crianças sem deficiência e que as crianças com deficiência beneficiam-se de qualquer tipo de ajuda, durante a sua trajetória escolar. E não só isso, Sanha mostra também que a inclusão não é somente para as pessoas com deficiência, mas sim para todas pessoas que estão sendo discriminadas ou excluídas de um determinado lugar.

A inclusão, além das metodologias usadas para o seu êxito, precisa também de medidas para minimizar as reações preconceituosas e discriminatórias sobre essas pessoas minoritárias (Mittler, 2003). No entanto, é preciso fazer uma grande análise prévia para compreender a necessidade de cada criança e fazer um plano de aula com objetivo correspondente à criança.

O preconceito e a discriminação demonstram claramente a limitação existente no esclarecimento humano, parecendo originar-se em um sentimento de superioridade de uns

indivíduos em relação a outros. Tal sentimento é respaldado por conceitos econômicos, sociais, religiosos e até mesmo pela distorção de conceitos científicos, segundo os quais, haveria o direito de prejulgar o outro em razão de seu gênero, raça, cor de pele e etnia, orientação sexual, religião e idade, tanto quanto teorizar acerca de classes sociais além do aspecto econômico propriamente dito, subjugando esse outro como um ser inferior, indigno de respeito (Savazzoni, 2015).

O Instituto Nacional De Estatística (INE, 2009) mostra que a palavra deficiência é um termo utilizado para descrever qualquer anormalidade que limita o funcionamento de uma pessoa, seja ele físico, visual, intelectual ou auditivo. Isso pode restringir a participação das pessoas com deficiência no espaço social e limitar também a vida delas. Portanto, enfatizo que cada pessoa é candidata a deficiência, não importa o tipo da pessoa que você é, criança, adulto, idoso, rico ou pobre, branco ou preto, não importa, por isso não deve zombar, desprezar e muito menos desrespeitar ou ignorar essas pessoas.

Observa-se que em Cabo Xanque/Guiné-Bissau, muitas pessoas consideradas pessoas com deficiência (intelectual, física, auditiva e visual) não têm uma escola e ensino adequado para prosseguir seus estudos. Muitas delas não frequentam a escola e aquelas que a frequentam se adaptam com as suas formas individuais de chegar à escola, a sua forma de aprender e às vezes elas não conseguem sentir que estão num espaço que lhes pertence, e consequentemente a maioria delas acaba por desistir durante o ano letivo, tentando voltar no ano seguinte.

Observa-se, em muitos casos, que a maioria dos alunos com deficiência que têm um responsável que acompanha a sua trajetória escolar, conseguem dar continuidade aos estudos. Ao contrário daqueles que frequentam a escola sem apoio ou acompanhamento de ninguém, a maioria acaba por desistir. Alguns alunos conseguem retornar à escola quando se sentem motivados pela maturidade ou sentem a necessidade de se qualificar, retornam cientes de desafios como: falta de apoio e acompanhamento pedagógico, situações de bullying, preconceito e discriminação.

Embora existam algumas instituições privadas que recebem das crianças com deficiência (ex.: Aldeias de crianças SOS, Casa Emanuel, Escolas Bengala Branca, escola “de mudos”), essas escolas estão dentro da capital da Guiné-Bissau, e só essas escolas não conseguem cobrir todas as crianças com necessidades especiais, isso faz com que muitas pessoas não tenham acesso a um processo de ensino/aprendizagem e muito menos a uma educação de fato inclusiva.

5.2 O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI)

Uma criança com deficiência intelectual pode levar bastante tempo para aprender o mesmo conteúdo dado para outras crianças sem deficiência, dependendo da condição que essa criança se encontra. Essa condição pode afetar a aprendizagem da criança, só que isso não significa que a criança não vai conseguir aprender, ela pode desenvolver a sua aprendizagem de uma forma muito diferente, dentro do seu ritmo, que será diferente das demais crianças sem deficiência, isso mostra que o processo de aprendizagem precisa de acompanhamento e atenção da família e dos educadores.

Vygotsky (1998) sustenta que a criança começa aprender desde a sua nascença, ao longo do seu crescimento apresentando três zonas de desenvolvimento. A Zona de desenvolvimento real (ZDR), refere-se ao nível no qual a criança consegue fazer suas atividades de modo autônomo, sem precisar de ajuda do professor, de um colega mais capacitado e nem da família em casa; enquanto que a zona de desenvolvimento potencial (ZDPO) corresponde ao nível de conhecimento que ainda está inacessível a uma pessoa, ou seja, quando não consegue ser independente para solucionar suas atividades. Ao passo que a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) é caracterizada pela distância entre o nível de desenvolvimento real e o potencial, e isso corresponde ao que ela consegue fazer com auxílio de alguém. O desenvolvimento proximal não está distante do nível de desenvolvimento real, pois é a fase em que a criança é descoberta ou é sabido qual é o futuro dela daqui para frente, qual é o rumo da sua aprendizagem, tudo isso dependendo do resultado que a criança apresenta no nível de desenvolvimento real.

Ao longo do seu processo de desenvolvimento e de aprendizagem ela pode precisar, por exemplo, de um ajudante para ajudar fazer as coisas começando nas coisas básicas na escola e no próprio quotidiano da criança como na higiene corporal, como se vestir, como desabotoar e abotoar a roupa, entre outras atividades denominadas de atividades da vida diária (AVD). Com o passar do tempo ela pode conseguir fazer coisas com menos ajuda ou sem nenhuma ajuda, a depender de cada caso e do suporte e intervenção recebidos.

Para Gomes (2021), a inclusão das crianças com deficiência intelectual no ensino e aprendizagem é um desafio que requer políticas públicas adaptadas. Todavia, já houve uma mudança de mentalidade muito significativa na sociedade guineense. Portanto, é preciso combatermos o preconceito e reconhecer que todos os indivíduos têm os mesmos direitos civis, políticos e educacionais iguais.

É importante considerar as necessidades específicas de cada criança com NEE, por meio de uma análise prévia, para elaborar um plano de ensino adequado. O desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças leva mais tempo e elas sempre precisam de apoio, mas é possível alcançar avanços relevantes por meio de materiais pedagógicos que os capacite e os estimule a ter interesse e curiosidade de aprender.

É visível que para facilitar o desenvolvimento da aprendizagem dessas crianças é necessário que os jogos, os brinquedos, ou outro tipo de materiais pedagógicos sejam incluídos nos espaços educativos, pois isso desperta o seu interesse e a curiosidade de saber. A partir do momento em que a criança mexe e toca em um objeto que faz a função de mediador dos seus processos de descoberta e aprendizagem, ela se desenvolve, aprimorando sua capacidade de aprender, portanto eles são muito importantes, pois atuam no sentido de auxiliar a aprendizagem da criança com deficiência intelectual a se conectar com suas potenciais habilidades a partir do estímulo sensório motor, para haver um avanço em termos de desenvolvimento e aprendizagem, e também despertar o interesse físico na própria criança pelo objeto com o qual interage.

Nesse sentido, é necessário também expandir o acesso às instituições públicas que cuidam e educam as crianças com deficiência intelectual na Guiné-Bissau, pois muitas delas ficam desassistidas em termos de aprendizagem, cuidados e proteção. Os esforços da Organização das Nações Unidas (ONU) em promover a conscientização e inclusão das crianças com deficiência são consideráveis e devem ser apoiados, e servir como um exemplo para o Estado Guineense.

Em suma, a inclusão das crianças com deficiência intelectual e a aprendizagem na educação infantil é um processo contínuo que requer esforços conjuntos da sociedade, famílias, educadores e o governo. É necessário criar ambientes acolhedores que se adaptem de acordo com as suas próprias necessidades e realidades, e que os forneça apoio adequado e eleve as habilidades e potencialidades de cada criança.

5.3 O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista é definido como um Transtorno do Neurodesenvolvimento, conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (APA 2014), em sua quinta edição. O estado da criança com TEA é caracterizado por danos na comunicação e também na interação social.

As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social (Critério A) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B). Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário (Critérios C e D). O estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente. (APA, 2014, p. 97)

Segundo estudos médicos especializados, o TEA é considerado um transtorno do neurodesenvolvimento que não é identificado no momento do nascimento. Porém, na fase de desenvolvimento da primeira infância, a criança pode começar a apresentar sintomas, características ou comportamentos, tais como isolamento social, dificuldades na linguagem e na comunicação, ecolalia⁵ movimentos estereotipados, como fazer as mesmas ações simultaneamente.

De acordo com a nova versão do manual, as manifestações comportamentais que definem o TEA incluem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas, quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar o funcionamento diário do indivíduo (APA, 2013 *apud* Zanon *et al.*, 2014, p. 25).

Durante o desenvolvimento da criança, os sintomas do TEA começam a apresentar-se de forma bem notável entre dois a três anos de idade ou pode ser mais tarde, dependendo de cada caso. Contudo, na maioria dos casos os pais ou familiares não os percebem logo no início, mas sim quando começam a se dar conta de que algumas coisas apresentam-se de forma “atípica”. Geralmente, as características apresentadas e observadas pela família, são por exemplo quando a criança não começa a falar (por limitações ou por escolha) no tempo mais ou menos esperado, quando ele não consegue fazer alguns movimentos físicos e/ou não conseguem manter contato visual. Conforme Andrade *et al.* (2012):

Pessoas com autismo têm dificuldades de comunicação e de interação com os outros. Por exemplo, fazem comentários pouco adequados, interpretam literalmente as conversas, ou seja, não percebem trocadilhos ou ironia, têm dificuldade em interpretar a comunicação sem palavras e a linguagem corporal, e não fazem amizades facilmente. Além disso, são pessoas muito dependentes de rotinas, muito sensíveis a mudanças no seu dia-a-dia ou, por vezes, muito preocupadas com certos objetos, ideias ou temas (Andrade; Teodoro, 2012, p. 2).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais também descreve “níveis de suporte” de pessoas com Transtorno Espectro Autista, e esses níveis de gravidade variam de leve para intenso. Para uma melhor compreensão desses níveis podemos visualizá-los na tabela

⁵ Repetição de sílabas, palavras ou frases.

abaixo. No entanto, o diagnóstico pode ser feito apenas por profissionais da área da saúde especializados, como o neuropsiquiatra infantil, neurologistas e neuropsicólogos.

Tabela 1

Nível de gravidade	Comunicação social	Comportamentos Restritivos e Repetitivos
Nível 1 “Exigindo apoio”	<p>Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros.</p> <p>Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente malsucedidas.</p>	<p>Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.</p>
Nível 2 “Exigindo apoio substancial”	<p>Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.</p>	<p>Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.</p>

Nível 3 “Exigindo apoio muito substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer as necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interfere acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.
--	--	---

Fonte: APA, Níveis de gravidade para o TEA conforme o DSM 5 (2014, p.96).

É muito importante incluir as crianças com TEA nas escolas regulares, e é preciso garantir que todas elas tenham as mesmas oportunidades e acesso a uma boa educação como outras crianças sem TEA, e que essa educação seja adequada para todos. O professor deve conhecer a dificuldade de cada criança para poder procurar adaptar o currículo de acordo com a sua necessidade, caminho mais adequado para cada criança, o que é muito fundamental, pois isso facilita na escolha de estratégias ou no momento de fazer o plano de ensino individual de acordo com as demandas de aprendizagem apresentadas por cada criança, visto que cada caso é único. Nessa perspectiva, a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão é uma das principais intervenções que a Guiné-Bissau precisa no momento. O governo guineense deve investir nas construções de centro de saúde, com profissionais especializados na área para fazer o diagnóstico das crianças com TEA de dois a três anos de idades; e psicólogos para ajudar os pais a saberem como lidar com a criança no momento da crise e/ou em outros momentos e entender a criança em todo sentido, o que irá contribuir para um melhor desenvolvimento cognitivo e de suas habilidades sociais e comunicativa.

Por outro lado, para a implementação das políticas públicas na área de educação inclusiva, é necessário construções dos edifícios equipados com materiais adaptados, o que vai atender ou minimizar as dificuldades dessas crianças; ter terapeutas, programa de apoio, tecnologia assistiva. Deve ser uma escola que atenda às necessidades da criança e que vise incluir a criança com TEA na mesma sala com outras crianças sem TEA. É preciso também, investir na formação continuada dos professores na área da educação inclusiva e essa formação

não deveria ser só para professores, mas para todos os profissionais que trabalham na escola, ou até mesmo para as famílias, a fim de ensinar estratégias de intervenção para os familiares: como brincadeiras pedagógicas que são muito importantes no desenvolvimento de aprendizagem delas.

Segundo Souza; Manga; Marques (2024), a intervenção na perspectiva de educação inclusiva na Guiné-Bissau é uma forma de procurar estratégias/propostas pedagógicas ou seja, caminhos para ajudar crianças a se desenvolverem independentemente da sua dificuldade educativa, as estratégias podem ser as propostas pedagógicas de Ensino Colaborativo, onde todas entidades envolvidas no processo de ensino-aprendizagem vão trabalhar juntas para atingir o objetivo, começando nas comunidades, a família, a escola e os próprios alunos.

Também há outras propostas consideradas muito fundamentais para uma aprendizagem eficaz de qualquer criança que é o Desenho Universal de Aprendizagem (DUA). Segundo Gigante e Azeredo (2025), o DUA é conhecido como um método “central” pois ele visa reduzir as dificuldades metodológicas e permite que cada criança consiga ter a facilidade no momento de acessar os conteúdos em diferentes formas, o que ajuda a criança a ultrapassar a sua dificuldade de aprendizagem. Nessa perspectiva, o jogo é visto como uma das estratégias pedagógicas muito importantes no processo de desenvolvimento cognitivo da criança.

Por outro lado, podemos destacar outra proposta ou estratégia pedagógica muito crucial que é o plano de ensino individualizado (PEI). Da Silva e Camargo (2024), mostram que a melhor maneira de promover a inclusão das pessoas com deficiência, não é permitir que o próprio aluno vá a procura de meios para se adaptar na escola, mas deve ser o contrário, a escola é que deve oferecer diferentes formas de trabalhar para desenvolver a aprendizagem de cada criança, trazendo adaptações que visam atender às necessidades de cada uma, fazer plano de ensino pensando nos diferentes ritmos de aprendizagem, nas habilidades ou nível de conhecimento de cada uma delas. Com isso elas vão perceber que estão numa sala que lhes pertence e se sentirão à vontade, sem preconceitos e passarão a olhar a escola como um lugar onde ninguém julga ninguém e todos são respeitados da mesma forma.

6 METODOLOGIA

Para colocarmos em prática este projeto de pesquisa optamos pela pesquisa qualitativa, sabendo que é uma pesquisa focada em entender aspectos mais subjetivos, como comportamentos, ideias, pontos de vista, entre outros. Dessa forma, a pesquisa qualitativa é

aquela que não pode ser definida apenas com números e dados obtidos por meio de um questionário, por exemplo. Tal escolha metodológica deve-se ao nosso objetivo que pretende compreender os desafios para a inclusão de crianças com deficiência e/ou com transtornos do espectro autista (TEA) na escola gerida pela ONG Effective em Caboxanque, Guiné-Bissau entre 2020 a 2024. Para atingir tal objetivo, será realizada uma pesquisa da natureza exploratória, que envolverá análise bibliográfica, documental, bem como entrevistas com as pessoas que têm conhecimento e experiência no contexto pesquisado. Em acordo com o Gil (2008) “as pesquisas exploratórias têm como intenção trazer à luz e modificar visão e ideias, com vistas na formulação de problemas mais detalhados e disponibilizar uma visão mais ampla a respeito de determinado fato ou dados”.

A pesquisa documental, de acordo com Gil (2008), é um tipo de pesquisa que é muito parecida com a pesquisa bibliográfica, no entanto a diferença existente entre as duas partes está na qualidade da fonte ou na origem da informação. A pesquisa documental é aquela que analisa os documentos que ainda não receberam uma transformação e nem foram divulgados, mas, as fontes são elaboradas a partir de materiais já publicados e que podemos encontrar nos diferentes espaços de divulgação científica.

Nesse sentido, utilizaremos a análise documental para examinar documentos relacionados às questões da educação inclusiva e aprendizagem das crianças com deficiência, em Caboxanque Guiné-Bissau. Isso inclui documentos disponíveis no Ministério da Educação Nacional, Lei de Base da Educação Nacional, relatórios de Unicef, documentos da ONG que trabalham com temática das crianças com deficiências como AMIC (Associação de Amigos de Criança), e demais entidades que trabalham com as crianças com deficiência, para compreender as trajetórias e aprendizagem das crianças com deficiência/ou com transtornos do espectro autista (TEA), na Educação Infantil, durante o período em análise.

A compreensão da inclusão não pode ser limitada a uma única perspectiva teórica, mas deve ser moldada por uma gama diversificada de lentes analíticas que considerem a complexidade e a interconexão de fenômenos sociais e culturais. Baseia-se em uma revisão bibliográfica abrangente, utilizando materiais já produzidos e divulgados como artigos, livros, dissertações, monografias, etc. A diversidade de perspectivas teóricas das humanidades é explorada para uma compreensão mais profunda da temática. Em tal perspectiva, a pesquisa bibliográfica buscou assimilar temas relacionados à educação inclusiva, conforme a orientação de Gil (2008). Os métodos qualitativos que serão utilizados, como análise documental bibliográfica, servirão para obter diversas informações sobre a educação inclusiva e seus desafios no ensino guineense.

Além das pesquisas bibliográfica e documental, no que desrespeito à coleta de dados, iremos utilizar a entrevista semiestruturada, onde iremos entrevistar profissionais da Guiné Bissau que estão envolvidos diretamente com o específico contexto sinalizado, entre os quais: cinco professores/as, duas coordenadores pedagógicos, quatros psicólogos e dez familiares de crianças.

De acordo com Gil (2008) a entrevista é uma técnica que garante ao pesquisador por meio de um roteiro com objetivo de receber as respostas que procura durante a sua pesquisa. Assim, o autor a considera como interação social entre duas ou mais pessoas onde uma parte tem a intenção de levantar os dados e a outra como interlocutor que fornece as informações. Assim, entende-se que a entrevista é eficiente em recolher as informações que as pessoas sabem, que acreditam, o que esperam, o que desejam por um determinado problema, seja de pesquisa ou não.

7 CRONOGRAMA

Anos / Semestres	2025		2026		2027
		2ºSemestre	1ºSemestre	2ºSemestre	1ºSemestre
Levantamento bibliográfico		X			
Revisão do projeto		X	X		
Análise bibliográfica		X	X	X	
Pesquisa documental			X	X	X
Pesquisa de campo (entrevistas)			X	X	
Análise do material coletado				X	
Escrita da monografia			X	X	X
Correção e reajuste finais					X
Defesa de TCC					X

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2001. Acesso em: 10 set. 2024.
- AMERICAN Psychiatric Association (2013). Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (5a. ed.). **American Psychiatric Publishing**, Arlington, VA. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1176/appi.books.9780890425596> . Acesso em: 1 abr. 2025
- ANDRADE, Aline Abreu, et al. Família e autismo: uma revisão da literatura. **Contextos clínicos**, 2012, 5.2: 133-142. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/ctc.2012.52.07> . Acesso em: 11 maio 2025.
- BARROS, Miguel De. *et al.* Pessoas com Deficiência na Guiné-Bissau, desafios no acesso à educação, proteção social e participação política. **Humanite & Inclusion**. Bissau. 2018. 15-105. Acesso em 3 set. 2024.
- BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade: Implicações educativas**. Foz do Iguaçu: 2003. Disponível em: <https://silo.tips/download/aprendendo-na-diversidade-implicacoes-educativas> Acesso em: 19 set. 2024.
- CORREIA, Danildo Camala. **Educação Inclusiva em Guiné-Bissau**-2009 a 2016: trajetórias escolares e ausência do Estado. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/798> . Acesso em: 20 nov. 2023.
- CORREIA, M. L., Martins, A.P.L. (2002). **Um Guia Para Educadores e Professores**. (ISBN 972-98817-0-7). Quadrado Azul Editora. Acesso em: 15 dez. 2023.
- DA SILVA, Gabrielle Lenz; CAMARGO, Síglia Pimentel Höher. Revisão integrativa da produção científica nacional sobre o Plano Educacional Individualizado. **Revista Educação Especial**, 2012, 34: 1-23. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X66509> Acesso em: Acesso em: 4 nov. 2024.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca-Espanha: 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 29 set. 2024.
- DJATA, N.'Dei. **Educação Infantil em Guiné-Bissau**: práticas pedagógicas das educadoras de uma pré-escola. 2024. Disponível em https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6052/1/2024_proj_ndejata.pdf Acesso em: 20 fev. 2025.
- GIGANTE, Camila Costa; AZEREDO, Maria Cristina Menezes de. Relato de sucesso: estratégias pedagógicas pensadas para uma estudante com tea no primeiro segmento do ensino fundamental. **Rein: Revista Educação Inclusiva**, 2025, 10.2: 53-66. Acesso em: 29 nov. 2024.
- GIL, António Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Adamite Fernando. **Educação inclusiva na Guiné Bissau**: uma análise sobre a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais no processo de ensino e aprendizagem. (2021). Disponível em:

<https://www.repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2808> . Acesso em: 30 nov. 2023.

GOMEZ, Margarita Victoria; MAFRA, Jason; ALENCAR, Anderson Fernandes de. **Paulo Freire: contribuciones para la pedagogía.** Clacso, 2008. Acesso em: 20 jan. 2024.

IALÁ, Evanilson José Moreira. **A educação inclusiva na Guiné-Bissau:** uma abordagem a partir da realidade de liceus educacionais. 2021. Disponível em:
<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2684> .Acesso em: 10 set. 2024.

IMBUNDE, Sábado Fernando. **Discriminação e preconceito contra pessoas com deficiência no ambiente familiar:** um caso de Guiné-Bissau. 2018. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento geral de população e habitação Guiné-Bissau: População com Deficiência. Bissau, 2009. Disponível em:
<https://dataspace.princeton.edu/handle/88435/dsp01w6634600z> .Acesso em: 11 set. 2024.

LOPES, Silmara A. Adaptação curricular: o que é? por quê, para quem e como fazê-la? **Educação Básica Revista**, 2017, 3.1: 3-28. Acesso em: 12 de abr. 2025.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Artmed, 2003. Acesso em: 19 maio 2023.

N`DAMI, Braima, **A pesquisa sobre as legislações e políticas públicas existente a favor das mulheres e homens com deficiência na Guiné-Bissau.** [S. l.], [2015?] Acesso em: 22 set. 2024.

NETO, A. D. O. S., Ávila, É. G., Sale, T. R. R., Amorim, S. S., Nunes, A. K., & Santos, V. M. (2018). Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, 31(60), 81-92. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X24091> .Acesso em: 5 out. 2024.

OLIVEIRA, Juliana Thais de; REIA, Letícia. **A Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual no Ensino Regular.** – Lins, 2017. 54 p. il. 31 cm. Monografia apresentada ao Centro Universitário Católico Salesiano, Auxilium- Uni SALESIANO, Lins-SP, para graduação em pedagogia, 2017. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.54751/revistafoco.v16n12-035> . Acesso em: 28 set. 2023.

OLIVEIRA, Maria Miguel de and Letícia REIA. **A inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular.** Juliana Thais de Oliveira (2017). Disponível em:
<https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/127?articlesBySimplicityPage=28> .Acesso em: 18 set. 2024.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Constituição da República. **Assembleia Nacional Popular.** 1996. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/texts/gbs117328POR.doc> .Acesso em: 11 jul. 2024.

SANHÁ, Bulí. **Educação inclusiva no ensino primário guineense** (Doctoral dissertation). 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipsantarem.pt/entities/publication/0f78b971-1726-42f1-9709-9847a8fc5e77> Acesso em: Acesso em: 16 set. 2024.

SAVAZZONI, Simone de Alcantara. Preconceito, racismo e discriminação. **Revista do Curso de Direito** da Faculdade de Humanidades e Direito, 2015, 12.12: 39. Acesso em: 19 mar. 2024.

SERRA, Dayse Carla Genero. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos**. Programa de pós-graduação em Educação. Centro de Ciências e Humanidades. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/Dayse_Carla_Genero_Serra-ME.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

SOUZA, Lívia Barbosa Pacheco; MANGA, Elizabete Essamai; MARQUES, Manuel Mfinda Pedro. Autismo em Guiné-Bissau: desafios culturais, perspectivas de inclusão e transformação social. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 2024, 10.10: 2353-2368. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/384960061>. Acesso em: 12 out. 2024.

STUBBS, Sue. **Educação inclusiva**: onde existem poucos recursos (versão portuguesa). Universidade de Aveiro.[online][consultado em: 21/10/2012]. Disponível em: http://redeinclusao. web. ua. pt/files/f1_68. pdf, 2008. Acesso em: 13 set. 2024.

UNICEF. **Acesso à aprendizagem**. Unicef Guiné-Bissau, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/guineabissau/pt/acesso-%C3%A0-aprendizagem>. Acesso em: 21 out. 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/universidade/pro-reitoria/graduacao-assuntos-acad/forum/X_Forum/LIVRO.VYGOTSKY.FORMACAO.MENTE.pdf. Acesso em: 22 maio de 2023.

ZANON, R. B., Backes, B., & Bosa, C. A. (2014). Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. **Psicologia: teoria e pesquisa**, 30, 25-33. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000100004>. Acesso em: 3 maio 2025.